

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

EMPREENDEDORISMO, INCLUSÃO E EMPODERAMENTO

ENTREPRENEURSHIP, INCLUSION AND EMPOWERMENT

Rita De Cássia Trindade Dos Santos, Bruna De Vargas Bianchim e Vânia Medianeira Flores Costa

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as motivações de mulheres empreendedoras participantes de empreendimentos econômicos solidários sob as lentes do empoderamento. Para tanto foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa com amostragem não probabilística por acessibilidade com doze mulheres participantes de empreendimentos econômicos solidários. Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento de pesquisa um roteiro semi-estruturado acerca das motivações das pesquisadas de empreender em empreendimentos econômicos solidários. Todas as entrevistas foram exploradas conforme o modelo de análise fenomenológica sugerido por Silva (2008) a partir do ciclo de análise compreensiva interpretativa. Desse processo de análise das motivações em empreender sob a ótica do empoderamento feminino, foram identificadas cinco categorias abertas relacionadas à: forma coletiva de gestão dos empreendimentos econômicos solidários como espaço de relações de confiança e cidadania, o empreender como uma oportunidade de trabalho e inclusão social, a aprendizagem como inerentes ao processo de gestão coletiva e a integração social associada ao sentimento de pertença.

Palavras-chave: Empreendedorismo, empoderamento feminino, empreendimentos econômicos solidários.

ABSTRACT

The present study aims at analyzing the motivations of entrepreneurial women participating in solidarity-based economic ventures under the lens of empowerment. For that, a research of an exploratory and descriptive nature was carried out, with a qualitative approach with nonprobabilistic sampling by accessibility with twelve women participants in economic solidarity projects. For the data collection, a semi-structured script was used as research instrument about the motivations of those surveyed to undertake economic projects in solidarity. All the interviews were explored according to the model of phenomenological analysis suggested by Silva (2008) from the cycle of comprehensive interpretive analysis. From this process of analysis of the motivations to undertake from the point of view of female empowerment, five open categories related to the collective management of economic solidarity enterprises as a space of trust and citizenship were identified, to be undertaken as an opportunity for work and social inclusion, Learning as inherent in the process of collective management and social integration associated with the sense of belonging.

Keywords: Entrepreneurship, women's empowerment, solidarity- economic ventures.

1 INTRODUÇÃO

Empreender é uma decisão que envolve múltiplos fatores. No campo de estudos da administração o empreendedorismo é definido dentro de uma lógica mercantil por diferentes perspectivas e correntes teóricas que o explicam como atitude, intenção, inovação, estratégia de posição no mercado dentre outros. Contudo, em outras formas organizacionais nas quais a dimensão mercantil de lucratividade está associada igualmente a dimensões políticas e sociais, empreender pode ser mais do que auferir resultados econômicos, mas uma busca pela emancipação e inclusão social como se propõem os empreendimentos econômicos solidários.

A concentração de renda, o desemprego, a degradação do meio ambiente e a redução do valor nominal dos salários, são fatores que contribuem para o acirramento das desigualdades e da exclusão social. Singer (2000) explica que a origem do movimento de economia solidária encontra-se nos primórdios do capitalismo industrial como reação às consequências causadas por esse sistema aos trabalhadores da época. As raízes desse movimento, embora não advenham de uma criação intelectual, estão relacionadas a contribuições importantes dos chamados “socialistas utópicos” tais como Owen, Fourier, Buchez e Proudhon.

Para Reis (2005) as organizações ou empreendimentos de economia solidária possuem características próprias distintas das demais organizações principalmente por não adotar unilateralmente a lógica mercantil em seu processo administrativo, assumido pelos próprios trabalhadores, mas integrar as dimensões econômica, social e política. Conforme Culti, Koyama e Trindade (2010) no Brasil, o modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo gerido por meio do trabalho associado, da cooperação e da autogestão são características típicas das organizações de Economia Solidária que engloba milhares de empreendimentos coletivos e redes de cooperação entre outros. O último mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária identificou 19.708 empreendimentos distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013.

Guérin (2005) aponta o contexto das organizações de economia solidária como um meio de participação em massa das mulheres na sociedade civil e uma forma de potencializar a geração de trabalho e renda. Tais pressupostos parecem remeter a um processo de empoderamento da mulher dentro dos empreendimentos econômicos solidários como movimento de emancipação. Friedmann (1992) já mencionava que o empoderamento consiste em um processo, pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e decisão. Melo (2012) argumenta que o empoderamento está relacionado à fatores como a qualificação profissional, desenvolvimento da autoestima, autonomia, independência financeira e reconhecimento.

Simon e Boeira (2016) conferem aos empreendimentos econômicos solidários uma oportunidade de inclusão, onde a mulher poderá exercer um trabalho de forma mais democrática e participativa, realizar as próprias escolhas e obter crescimento pessoal e social. Conforme os autores, a coletividade e autogestão praticada nesses empreendimentos podem proporcionar as mulheres uma oportunidade de enfrentamento da lógica dominante, tanto econômica quanto da divisão sexual do trabalho aproximando-se assim da perspectiva de empoderamento feminino, enquanto movimento emancipação.

Desse modo, tendo em vista o empreendedorismo numa perspectiva do que se propõe a economia solidária e o processo de empoderamento feminino, o presente estudo tem por objetivo analisar as motivações de mulheres empreendedoras participantes de empreendimentos econômicos solidários sob as lentes do empoderamento.

2 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Embora a economia de mercado seja amplamente conduzida por uma lógica capitalista e tenha na proposta de competitividade pontos positivos, a desigualdade decorrente de suas práticas e a competição generalizada não podem ser consideradas como naturais. Isso porque são consequências da escolha de como são organizadas as atividades econômicas, ou seja, do modo produção. É desse ponto que Singer (2002) parte para definir o que vem a ser a economia solidária, contexto do qual emerge os empreendimentos econômicos solidários: um outro modo de produção baseado na propriedade coletiva ou associada do capital pelos trabalhadores.

Esse autor explica que as origens históricas da proposta da economia solidária situam-se logo após o capitalismo industrial em reação ao empobrecimento de artesãos e precarização do trabalho causado pelo uso de máquinas e das longas jornadas de trabalho adulto e infantil. Singer (2002) salienta que uma das primeiras iniciativas de enfrentamento a essa realidade nasce com as propostas do britânico Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark o qual adotou como práticas de gestão a redução da jornada de trabalho, a construção de escolas para as crianças e a ideia de aldeias cooperativas. Na América Latina, as iniciativas de economia solidária emergem diante das consequências políticas, econômicas e sociais causadas pela adesão ao modelo neoliberal. Sob esse modelo o Estado deixa de priorizar as políticas sociais de pleno emprego e torna-se incapaz de promoção do desenvolvimento e bem estar social (SINGER, 2002; REIS, 2005).

No Brasil, a economia solidária é institucionalizada em 1999, com a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a qual organizou os trabalhadores desempregados, movimentos sociais e setores sociedade civil em prol das políticas públicas de economia solidária para fomentar e desenvolver o trabalho associado e cooperativado. Desde então, sua organização política avançou consideravelmente nos Fóruns Sociais Mundiais a partir de 2001 no qual foi constituído o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária que mais tarde impulsionou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) integrante atualmente no Ministério do Trabalho e Emprego (GONÇALVES, 2012). Assim, ao longo de sua trajetória, a Economia Solidária foi sendo construída no Brasil por meio de uma organização complexa formada por fóruns, entidades governamentais, empreendimentos econômicos solidários, ligas ou uniões e entidades de apoio e fomento conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1- O campo da economia solidária no Brasil



Fonte: BRASIL (2017, p.14)

Na definição de França Filho em 2002, economia solidária é um novo fenômeno ou conceito capaz de renovar o modo de gestão, mas não busca romper com o capitalismo nem ao menos com o Estado antes está inserida dentro de uma perspectiva de economia plural de dimensões mercantil, não-mercantil e não-monetária de forma híbrida. Gaiger (2003), também caracteriza a economia solidária como um fenômeno que tem o poder de revitalização de ideais emancipatórios, desenvolvendo uma sociabilidade por meio da lógica solidária embora discorde que essa irá superar totalmente as práticas econômicas mas buscará coexistir em condições mínimas de equilíbrio. Reis (2005) acrescenta que as organizações ou empreendimentos de economia solidária possuem características próprias distintas das organizações geridas na lógica mercantil, principalmente por integrar as dimensões econômica, social e política em sua gestão.

Dias (2011) afirma que esse campo de estudo permanece em constante construção e reconstrução, mas argumenta que pode ser compreendido a partir de duas perspectivas distintas. A primeira, defendida por Paul Singer identifica a economia solidária como um tipo de revolução social na qual os empreendimentos solidários por meio da autogestão contribuirão gradativamente para a superação do sistema capitalista. Já a segunda defende a convivência entre os empreendimentos coletivos e autogestionários junto ao sistema capitalista dentro de uma lógica de pluralidade econômica diferenciando-se das demais empresas pelo predomínio da racionalidade substantiva ao invés da instrumental.

Dias (2011) ainda lista uma variedade de conceitos atribuídos à temática tais como economia popular, economia do trabalho, economia social, economia solidária e socioeconomia solidária. No entanto, esse autor defende que há uma base comum nessa diversidade, que consiste no desenvolvimento de práticas econômicas e sociais nas quais o indivíduo exerce autonomia no trabalho, na democracia e no resgate da solidariedade. Por esse motivo, o desafio da gestão em empreendimentos de economia solidária é o equilíbrio necessário entre as tensões causadas pelas racionalidades instrumental e substantiva nas práticas gerenciais. O autor pondera que não se trata de abandonar o conhecimento gerado pela gestão privada mas discerni-la criticamente para que não comprometa os objetivos dessas organizações que não se balizam unicamente pelo ganho econômico mas também social e político.

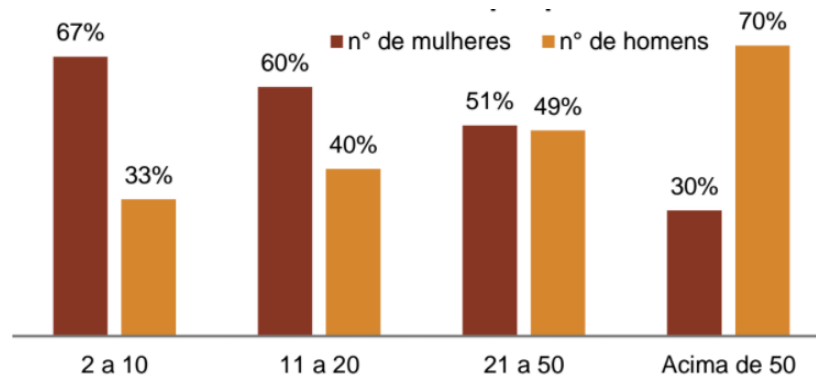
Guerra (2014) toma por base a abordagem teórica dos estudos de Arruda (2000, 2003, 2006) para quem a efetivação da economia solidária passa necessariamente por uma inversão dos valores dominantes fundamentados no individualismo gerador de conflitos, guerras e competições. A “Socioeconomia Solidária” por assim dizer encarrega-se do combate à exclusão social mas ocupa-se também do desenvolvimento humano e social baseado na cooperação e solidariedade colocando no centro da economia o ser humano. Nessa perspectiva de inclusão e centralidade do desenvolvimento do ser humano, estão igualmente inseridas as mulheres gestoras de empreendimentos econômicos solidários.

3 EMPODERAMENTO FEMININO

A desigualdade entre mulheres e homens e as disparidades de gênero são resultantes de uma construção histórica e social que se encontra arraigada na sociedade como um todo e tem repercussões tanto na sociedade em geral quanto nas relações de trabalho. Transformar esse cenário implica em rever paradigmas culturais e propor ações concretas que contribuam para tal mudança. Segundo Valadão Junior, Herk e Medeiros (2014), as mulheres gestoras de empreendimentos econômicos solidários encontram nessa lógica de organização, a oportunidade de conciliar trabalho, responsabilidades domésticas e independência financeira. Isso porque, segundo esses autores, as características de união, sensibilidade, cooperação e intuição próprias do gênero feminino entrelaçam-se com os propósitos dessas organizações de cunho coletivo.

Contudo, a participação de mulheres nesses empreendimentos ainda é significativamente menor se comparada aos homens, especialmente na região sul, conforme as informações contidas no II Mapeamento da Região Sul realizado em 2013. De acordo com esse dados, dos 412.658 sócios da região sul, 67% são homens e 33% são mulheres, no Rio Grande do Sul dos 207.822 sócios 69% homens e 31% mulheres. No entanto, quando comparado o número total de sócios nos empreendimentos econômicos solidários por gênero a predominância masculina é alterada conforme o porte (Figura 2).

Figura 2 - Percentual de sócios homens e mulheres por porte do EES



Fonte: Kuyven e Kappes (2013, p.10)

Pelo exposto na Figura 2, quando analisada a distribuição dos gêneros conforme o porte dos empreendimentos econômicos solidários, a participação feminina é predominante naqueles de menor porte, ou seja, de 2 a 10 sócios e de 11 a 20 sócios. Desse modo, verifica-se que a participação masculina é de significativamente predominante somente em empreendimentos acima de 50 sócios. Nesse cenário, cabe destacar os resultados do estudo de Valadão Junior, Herk e Medeiros (2014) os quais mostram a aceitação da dominação masculina nos processos de gestão nos empreendimentos nos quais as mulheres resistem procurando superar os paradigmas impostos pelo discurso masculino. Apesar disso, verifica-se uma ampla participação feminina em empreendimentos econômicos solidários os quais agregam em si não somente finalidades mercantis mas igualmente sociais, políticas e de centralidade do desenvolvimento humano e emancipação.

Simon e Boeira (2016) apontam que tais princípios e singularidades de gestão representam uma alternativa concreta de efetiva participação, inclusão, autonomia e empoderamento feminino. O termo empoderamento tem sido utilizado sob diferentes perspectivas e contextos, conforme Deere e Leon (2002), o emprego do termo pode expressar emancipação, controle e busca de poder social ou político ou a própria busca do indivíduo por domínio sobre a própria vida e futuro. Para Friedmann (1992), o empoderamento consiste de um processo, pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e decisão. Segundo o autor, esses recursos referem-se a aquisição de poder social, quando referem-se ao acesso a informação e conhecimento necessários a toda decisão, poder político, referindo-se ao acesso aos processos de decisão de forma consciente e eficaz e poder psicológico quando refere-se a algo mais subjetivo, como aumento de autoestima, autoconfiança, autoreconhecimento, enfim elementos que sustentam a força individual.

Horochovski e Meirelles (2007) explicam que a definição de empoderamento dada se entrelaça com a de autonomia ao referir-se a capacidade de indivíduos ou grupos, poderem participar e incidir sobre as questões que lhes interessam. Segundo Lisboa (2008), é por meio do empoderamento que os indivíduos tomam consciência da sua habilidade e competência para

produzir, criar e gerir. A autora esclarece que, quando se refere a questões de gênero, o empoderamento é um mecanismo que assegura às mulheres, autonomia e controle sob as mais diversas situações. Conforme a autora, o processo caracteriza-se pela busca por reconhecimento e a valorização da mulher visando uma condição de equidade. Negrão e Viscarra (2007) e Souza (2008) destacam que o empoderamento não consiste de um processo realizado por agentes externos, mas de uma construção que ocorre por meio de uma ação pessoal, motivadora, contínua e desejável e, portanto, só pode ser alcançado pelo desejo do próprio indivíduo. Entretanto, os autores consideram que forças externas podem contribuir para que a mulher inicie esse processo de forma positiva seja pela oportunidade de deter maior controle sobre as fontes de poder ou sobre os recursos: conhecimento, formação ou relações.

Melo (2012) considera que o empoderamento feminino ocorre quando a mulher consegue se qualificar, aumentando assim sua segurança, confiança e determinação frente as suas escolhas e decisões. Além disso, adquire capacidade de influenciar nas relações de poder das quais faz parte, podendo ser reconhecida pelo seu trabalho e, por meio deste, impactar positivamente sobre a cultura da qual faz parte. Nessa mesma perspectiva, a autora propôs um modelo de análise desse processo nas organizações considerando seis fatores, a saber: cognitivo analítico, subjetivo, político, econômico, social e cultural.

O fator cognitivo analítico está relacionado à importância da capacitação, do conhecimento e da qualificação continuada para o exercício da profissão bem como para o crescimento profissional. O fator subjetivo implica na análise do desenvolvimento do empoderamento psicológico, por meio do desenvolvimento da autoestima, autoconfiança em sua competência profissional, auto determinação e segurança na tomada de decisões da mulher. O fator psicológico envolve o desenvolvimento do sentimento de capacidade e, por meio deste, da utilização dos recursos disponíveis, habilitando-a e dando autonomia sobre suas atitudes e relações pessoais e sociais. O fator político busca avaliar a participação da mulher nas relações de poder, sua autonomia e autoridade em ambiente organizacional. Procurando identificar diferenças e limitações construídas a partir do gênero. O fator econômico refere-se à conquista da independência financeira e seus reflexos na vida pessoal e profissional. O fator social compreende o reconhecimento organizacional, familiar e social da mulher pelo seu trabalho e a forma que ele reflete em seu desempenho organizacional (MELO, 2012).

Simon (2015) considera que a partir do momento que as mulheres dispõem de informação, conhecimento, obtêm participação social e recursos financeiros, potencializam-se a suas competências de estabelecer e alcançar objetivos aumentando assim, a sua capacidade de sobrevivência e independência econômica. Além disso, a autora destaca como um ganho efetivo do processo de empoderamento a participação das mulheres em processos decisórios e sinaliza que esse efeito se associa a conquista de autoconfiança.

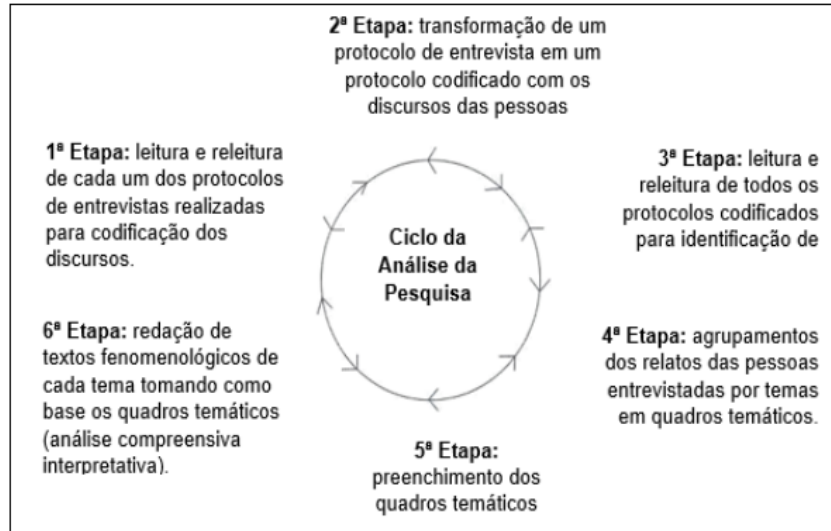
4 MÉTODO

Com o objetivo de analisar as motivações de mulheres empreendedoras participantes de empreendimentos econômicos solidários sob as lentes do empoderamento a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa com amostragem não probabilística por acessibilidade cujos sujeitos pesquisados foram doze mulheres participantes de empreendimentos econômicos solidários.

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento de pesquisa um roteiro semi-estruturado acerca das motivações das pesquisadas de empreender em empreendimentos econômicos solidários. Foram entrevistadas ao todo doze mulheres pertencentes a diferentes empreendimentos, cujos relatos foram gravados, com duração média de 40 minutos. Após o processo de coleta dos dados, as entrevistas foram ouvidas e transcritas literalmente. Todas as entrevistas foram geradas em protocolos que serviram para a posterior análise dos relatos das

entrevistadas conforme o modelo de análise fenomenológica sugerido por Silva (2008) a partir do ciclo de análise compreensiva interpretativa (Figura 3).

Figura 3 - Ciclo de compreensão e interpretação de dados de pesquisa



Fonte: Silva (2008, p.283)

De acordo com o ilustrado na Figura 3 o ciclo de análise compreensiva interpretativa compreende seis etapas. Silva (2008) explica que a primeira etapa se inicia com a leitura dos protocolos de pesquisa gerados da transcrição dos relatos a fim de que os pesquisadores possam ter uma visão sistêmica das entrevistas. Ainda nessa etapa realiza-se uma releitura à luz do objetivo da pesquisa a fim de gerar um protocolo codificado para cada entrevista. Na segunda etapa são enumerados sequencialmente os discursos codificados resultantes do processo anterior, que podem representar palavras, frases ou até mesmo parágrafos. Com a estruturação dos protocolos codificados, na terceira etapa novamente parte-se para a releitura dos discursos na busca de temas ou categorias que formarão a estrutura de significados do fenômeno. Cabe destacar que esses temas servem como meios para desvelar os significados envolvidos no fenômeno e não o desvelar por completo. Por fim, na quarta e quinta etapas da análise fenomenológica são elaboradas as estruturas de significados das experiências relatadas que podem ser apresentadas por meio de quadros temáticos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Participaram da pesquisa 12 empreendedoras atuantes no segmento de artesanato, alimentação e agroindústria, com idade entre 38 a 68 anos, com tempo médio de atuação no empreendimento de 15 anos. A partir da análise estrutural das motivações para empreender relatadas pelas entrevistadas, identificou-se uma rede de significados composta por 118 unidades de significado agrupadas em categorias abertas, de acordo com as etapas do ciclo de análise compreensiva interpretativa. Desse modo, tendo em vista o objetivo da presente pesquisa em analisar as motivações de mulheres empreendedoras participantes de empreendimentos econômicos solidários sob as lentes do empoderamento, foram identificadas um conjunto de seis categorias abertas, que indicam os aspectos estruturantes do fenômeno estudado, são elas: forma coletiva de gestão, empreender como oportunidade e inclusão social, aprendizagem, gestão do próprio trabalho e integração social

De acordo com a análise dos relatos, uma das categorias abertas diz respeito à forma coletiva de organização e gestão dos empreendimentos econômicos solidários como espaço de confiança, exercício da cidadania e apoio. Ao observar as asserções no discurso das entrevistadas, foi possível identificar três grupos de significados. O primeiro que reconhece na forma de organização dos empreendimentos a vivência da coletividade que potencializa a manifestação do sentir-se protagonista e corresponsável pelo funcionamento do todo. O segundo versa sobre a construção das relações de confiança com os demais colegas de trabalho como identidade de uma lógica organizativa própria. O terceiro sinaliza para o entendimento da coletividade no compartilhamento da gestão como um suporte importante para empreender. No Quadro 1 constam a análise estrutural referentes a essas asserções.

Quadro 1 – Análise estrutural da forma coletiva de organização e gestão

Discurso da linguagem	Unidade de significado	Categoria aberta	Rede de Significados	Asserções articuladas do discurso
“ (...) não existe o eu, existe o nós, é todo mundo trabalhando junto por uma só causa, entendeu?” (E4)	Fator que propicia a prática de responsabilidade coletiva e sentimento de pertença	A forma coletiva de organização e gestão propicia um espaço de confiança, cidadania e de apoio.	6,17,18,21, 35,43,48,59, 62,63,69,84, 93,94, 99	Vivenciar o coletivo potencializa a manifestação do sentir-se protagonista para o funcionamento do todo
“(…) no pátio rural o <i>fulano</i> tava lá e ele disse: cuida da minha banca aqui um pouquinho...cuido. Claro a pessoa tem aquela confiança sabe como é que é o espírito daqui” (E1)	Fator que favorece a construção de relações de confiança		10, 11, 12, 14, 15,16, 40,47,66,91, 95	Relações de confiança consequentes de uma lógica de funcionamento organizativo fortalecem uma identidade própria
“aqui a gente tem cobertura não tá na chuva né que tem luz e tudo, tem conforto né. A gente também tem os balcão e coisa pra gente bota tudo as coisa bem organizado” (E5)	Fator de suporte para empreender		2,7,19,38,44, 46,65,67,70, 86,88,97	Compartilhar e gerir o trabalho em coletividade propicia um suporte importante para empreender

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a análise estrutural expressa no Quadro 1, evidencia-se que para as entrevistadas, a característica coletiva de organização e gestão dos empreendimentos é um elemento significativo da motivação para empreender. Friedmann (1992) explica o acesso do indivíduo ao processo de decisão como um dos poderes ou recursos do empoderamento denominado poder político, o qual é exercido pela participação ativa em ações coletivas. Mello (2012) corrobora com essa definição, e atribui a esse fator a participação da mulher nas relações de poder, sua autonomia e autoridade em ambiente organizacional. No caso das empreendedoras entrevistadas fica evidente à importância atribuída a forma organizativa dos empreendimentos econômicos solidários por possibilitarem em sua prática empreendedora exercer o protagonismo permeado por relações de confiança e suporte da coletividade. Mundin e Teodósio (2011) já mencionava o potencial das iniciativas de economia solidária e da

educação associativista na promoção dos processos de emancipação do indivíduo por meio de práticas menos individualizadas.

Outra das categorias resultante da análise dos relatos está relacionada ao empreender na economia solidária tanto como uma oportunidade quanto à inclusão social. Nesse caso as asserções no discurso das entrevistas apontaram para dois grupos de significado. O primeiro revela a decisão de empreender como oportunidade de trabalho e renda frente às dificuldades de inserção no mercado. O segundo está associado à oportunidade de desenvolver o próprio trabalho com autonomia e satisfação. No Quadro 2 constam a análise estrutural referentes a tais asserções.

Quadro 2 – Análise estrutural do empreender como oportunidade e inclusão social

Discurso da linguagem	Unidade de significado	Categoria aberta	Rede de Significados	Asserções articuladas do discurso
“É a oportunidade dos pequenos empreendimentos né, onde forma a união das pessoas...” (E2)	O empreendimento mostrou-se como única alternativa de trabalho e renda.	Empreender é oportunidade e inclusão social.	1, 22, 31, 36, 44, 50, 64, 92, 108, 112, 117.	Nos empreendimentos econômicos solidários encontra-se uma oportunidade de trabalho e renda em contraponto à exclusão do mercado
“ (...) nunca explorei aquilo que eu aprendi, depois com o tempo eu fui fazendo, fazendo né e daí comecei e agora tô cada vez crescendo mais” (E6)	Oportunidade de crescimento por meio do trabalho materializado		5, 27, 34, 72, 107, 109	A oportunidade de desenvolver o próprio trabalho contribui para o sentimento de capacidade satisfação e autonomia

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados da análise estrutural contidas no Quadro 2, evidencia-se que para as entrevistadas, constituir um empreendimento econômico solidário significa uma alternativa de renda e desenvolvimento do próprio trabalho. Nesse sentido, o empreender para as participantes responde a uma demanda de inclusão social por meio do trabalho e não do emprego, isso porque nesse caso os relatos contém uma ideia de satisfação em poder gerir e crescer por meio do trabalho materializado o que se encontra associada à dimensão psicológica do empoderamento, a qual envolve a percepção de capacidade.

O sentimento de incapacidade gerado pelo desemprego decorrente da lógica de mercado tradicional apresenta-se como um importante fator de motivação para a inserção das mulheres na economia solidária. O trabalho associado representa uma oportunidade de inclusão social, pois possibilita as mulheres colocarem-se em condições de igualdade enquanto detentoras dos meios de produção, oportunidade de renda, visibilidade e reconhecimento pelo próprio trabalho (CULTI, 2004; NEVES; COSTA, 2007).

A categoria aprendizagem dentro do exercício da gestão coletiva, também foi resultante da análise dos relatos. Nesse caso as asserções no discurso das entrevistas concentraram-se em um único grupo de significado sinalizando a prática da gestão coletiva como propulsora do processo de aprendizagem no qual as mulheres desenvolvem valores, conscientiza-se de suas potencialidades e afirmam posições. No Quadro 3 constam a análise estrutural referentes a tais asserções.

Quadro 3 – Análise estrutural da aprendizagem no exercício da gestão coletiva

Discurso da linguagem	Unidade de significado	Categoria aberta	Rede de Significados	Asserções articuladas do discurso
“ É muito importante porque a cada dia que passa, com essas reuniões e coisa...tu vai aprendendo né, alguma coisa que falta eu sempre sou assim, eu digo, eu não gosto das coisas passada, eu gosto, eu vou em busca...” (E7)	Fator que favorece o desenvolvimento e a identificação com práticas autogestionárias	A aprendizagem ocorre de forma processual no exercício da gestão coletiva	3, 13, 25, 26, 49, 52, 55, 61, 71, 73, 83, 104, 106, 110	As experiências de aprendizagem se dão no processo de gestão coletiva. Por meio da aprendizagem e troca coletiva as mulheres desenvolvem valores, conscientizam-se, afirmam posições.

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados da análise estrutural contidas no Quadro 3, percebe-se que as entrevistadas atribuem valor aos espaços coletivos de decisão como aprendizagem, o que nos empreendimentos econômicos solidários denomina-se autogestão. Singer (2002) explica que a autogestão envolve mais do que a necessária eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano proporcionado aos seus associados por meio das práticas de discussões e decisões coletivas que educam e contribuem para a autoconfiança e segurança. Evidencia-se assim que além das dimensões política e social do empoderamento tem-se a incidência do fator cognitivo analítico devido ao conhecimento e qualificação continuada que na economia solidária ocorre por meio das práticas de autogestão, não só no sentido de crescimento profissional trazida por Melo (2012), mas também desenvolvimento humano.

Simon (2015) corrobora com a ideia de que a participação da mulher em espaços coletivos propicia seu empoderamento e argumenta que os empreendimentos econômicos solidários podem agir como agente catalisador desse processo. Para essa autora, existe uma relação entre o tempo de participação e o grau de empoderamento visto que é no coletivo que acontece o aprimoramento e crescimento individual.

No decorrer do ciclo de análise da pesquisa ficou evidente nos relatos das entrevistadas uma incidência frequente da autonomia e emancipação com um fio condutor em toda rede de significados. Ainda assim, foi agrupada em uma categoria aberta a ação de gerir o próprio trabalho como sustento e autonomia, ao observar as asserções no discurso das entrevistadas, foi possível identificar três grupos de significados. O primeiro mostra que práticas de autogestão podem ser identificadas como impulsionadoras no processo de emancipação pela valorização e gestão do próprio trabalho. O segundo explicita que a oportunidade de renda própria e de contribuir com a família podem promover autonomia. O terceiro aponta que ao superar barreiras as mulheres passam a reconhecer as próprias potencialidades, desconstruir auto percepções negativas e desenvolver a autoestima. No Quadro 4 constam a análise estrutural referentes a essas asserções.

Quadro 4 – Análise estrutural sobre gestão e autonomia

Discurso da linguagem	Unidade de significado	Categoria aberta	Rede de Significados	Asserções articuladas do discurso
“Outra coisa, hoje eu não trabalho mais de empregada, eu não quero mais ninguém mandando em mim” (E4)	Fator de valorização do trabalho materializado como meio de emancipação	Gerir o próprio trabalho para o sustento promove a autonomia	4, 37, 45,54,57,113	Práticas de autogestão podem ser identificadas como impulsionadoras no processo de emancipação pela valorização e gestão do próprio trabalho
“(…) A pra mim que sempre foi uma do lar né num num tive nunca trabalhei fora assim então pra mim ver agora minha renda, por mais que não seja muita muita mas assim ter né, eu a gente se sente mais útil.” (E6)	Fator que possibilita a autonomia financeira		24, 39, 74, 78, 114, 115	A oportunidade de renda própria e de contribuir com a família podem promover autonomia
“também pra participa ai desistem de novo né porque tu tem que te persistência também né quando tu começa não é assim chega e vende né, não, tu tem que te persistência porque pra mim também, duro mais de meio ano né, tu vai indo devagarinho” (E7)	Fator de superação, gera sentimento de capacidade e autonomia, e auto estima		51, 76,79, 80, 82, 118	Ao superar barreiras as mulheres passam a reconhecer as próprias potencialidades, desconstruir auto percepções negativas, desenvolver a autoestima.
“A auto-estima né, a gente tem muito, levanta muito a auto-estima da gente, as pessoas se integram no que faz...” (E10)	Fator de emancipação pelo reconhecimento do próprio trabalho		23,28,29,30, 32,33,53,56, 58,75,90, 100,101, 105.	O fortalecimento da autoestima está associado à emancipação pelo trabalho e seu reconhecimento

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados da análise estrutural contidas no Quadro 4 evidencia-se pelo discurso das entrevistadas que as práticas de autogestão e a percepção de superação contribuem para o processo de emancipação das mulheres. Para Oliveira (2005), a presença desses fatores está associada ao domínio de poder psicológico, muitas vezes resultante de uma ação vitoriosa

nos domínios social ou político, ou ainda de um trabalho intersubjetivo. Conforme a autora, o poder psicológico ocorre com a percepção de força individual que se manifesta por meio da autoconfiança. Assim, a assimilação da realidade, a participação em processos decisórios, a ampliação das capacidades de trabalho e a agregação de renda contribuem para que a mulher perceba suas capacidades e potencialidades aumentem a autoestima e consequentemente questionem papéis a elas predefinidos. A autoconfiança e a autoestima auxiliam no desenvolvimento do sentimento de capacidade de ir, fazer e desenvolver-se da mulher.

Em todas as categorias abertas analisadas até então é expressiva as implicações da forma de gestão praticada nos empreendimentos econômicos solidários para o processo de empoderamento da mulher. As motivações para empreender nesses espaços revelam dimensões importantes atribuídas ao empoderamento como a subjetiva, psicológica, política, social e análise cognitiva, desenvolvidas na literatura por Friedmann (1992) e Mello (2012). No relato das entrevistadas nesse estudo, identificou-se uma categoria aberta que na sua rede de significados não está associada nem ao poder social enquanto reconhecimento organizacional, acesso a participação nas decisões ou poder psicológico em relação a autoconfiança e autonomia sobre as relações sociais, ambos explicados por Friedmann (1992) e Mello (2012), mas à integração social no sentido de construir relações interpessoais de amizade, zelo e pertença. Nesse contexto, emerge das asserções no discurso das entrevistadas a ideia de que as dinâmicas das relações sociais criam um ambiente favorável à integração e socialização com os colegas gerando bem estar e um sentimento de corresponsabilidade pelo outro. No Quadro 5 constam a análise estrutural referentes a essas asserções.

Quadro 5 - Análise estrutural sobre a integração social

Discurso da linguagem	Unidade de significado	Categoria aberta	Rede de Significados	Asserções articuladas do discurso
“tem outros locais em que tão sempre competindo e ou torcendo pra que o outro não venha pra ti poder vender, e aqui não, a gente fica torcendo pra que todos venham né é um grupo” (E9)	Fator de valorização das relações interpessoais e de amizade	A integração social no meio propicia o zelo e o sentimento de pertença	8,9,20,41,42,60,68,77,81,85,87,89,90,96,98,102,103,111,116.	As dinâmicas das relações sociais criam um ambiente favorável à integração e socialização com os colegas e gera bem estar

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a análise estrutural expressa no Quadro 5, evidencia-se que as entrevistadas a integração e socialização com os colegas constituem de um elemento significativo ao empreender nesse espaço. O sentimento de pertença também gera nas participantes uma corresponsabilidade, assim pode se inferir que as mulheres ao se inserirem nesses espaços passam por uma transformação, tornando-se cidadãos conscientes e ativos. Simon (2015) afirma que quando os empreendimentos se estabelecem em bases coletivas a atividade deixa desenvolvida não é valorizada por sua finalidade econômica, esta constitui apenas um meio para a consecução de determinado fim. Assim, altera-se o sentido da racionalidade tradicional e passa a vigorar um sentimento de pertencer a determinado grupo.

Tais asserções vão ao encontro das ideias propostas por Laville e Gaiger (2009), os autores propõem que a dinâmica das relações sociais nesse modelo promovem sistemas mais amplos de reciprocidade, que contribuem para a concepção de novos valores. Logo, pode-se

dizer que os empreendimentos solidários oferecem um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma consciência cidadã.

Para Oliveira (2005), o processo de empoderamento em espaços coletivos e solidários, pode ser percebido como uma trajetória, onde envolvidos interagem, trocam e vivenciam experiências em uma lógica inclusiva e reflexiva. O autor explica que por meio dessa interação todos os participantes podem se desenvolver mesmo que em ritmos distintos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar as motivações de mulheres empreendedoras participantes de empreendimentos econômicos solidários sob as lentes do empoderamento. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de questionários semiestruturado com doze mulheres participantes de empreendimentos econômicos solidários. A técnica de análise utilizada baseou-se no modelo de análise fenomenológica sugerida por Silva (2008) a partir do ciclo de análise compreensiva interpretativa das quais resultou uma rede de significados composta por 118 unidades de significado agrupadas em categorias abertas.

Desse processo de análise das motivações em empreender sob a ótica do empoderamento feminino, foram identificadas cinco categorias abertas relacionadas à: forma coletiva de gestão dos empreendimentos econômicos solidários como espaço de relações de confiança e cidadania, o empreender como uma oportunidade de trabalho e inclusão social, a aprendizagem como inerentes ao processo de gestão coletiva e a integração social associada ao sentimento de pertença. Presente em tais categorias, as redes de significado geraram asserções no discurso das entrevistadas associadas às dimensões subjetiva, social, política, psicológica, econômica e cognitiva analítica encontradas nos estudos de Friedmann (1992) e Mello (2012), evidenciando que nas motivações para empreender na economia solidária encontra-se elementos importantes do processo de empoderamento feminino.

Além disso, cabe ressaltar que outros aspectos incidentes encontrados durante a análise das unidades de significado e asserções de discurso revelam que a forma coletiva de gestão assumida nos empreendimentos solidários mostrou-se como um alicerce importante para o desenvolvimento da autonomia, emancipação (pessoal e econômica), auto-estima e aprendizagem. Ademais, identificou-se uma categoria que não está associada ao poder social ou poder psicológico como são explicados por Friedmann (1992) e Mello (2012), mas à integração social no sentido de construir relações interpessoais de amizade, zelo e pertença.

Dentre as limitações desse estudo destaca-se a escassez de literatura para discussão dos resultados especialmente no que tange ao empoderamento e suas bases ou dimensões. Para pesquisas futuras sugere-se um aprofundamento do tema por meio de estudos longitudinais que identifiquem os impactos econômicos e sociais locais desse tipo de empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Disponível em: < http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf > Acesso em: 12. jan. 2017.

CULTI, M. N. Mulheres na Economia Solidária. IV CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LARINOAMERICANISTAS, 4, p. 1–22, 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de

propriedade na América Latina. Tradução de Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi, Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIAS, T. D. Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar. 2011. 230 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell, 1992.

GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATANI, Antonio David (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GONÇALVES, A. F. Economía(s) solidaria(s) y políticas públicas en brasil. *Revista Gestão & Conexões*, v. 1, n. 1, p. 44-54, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/ppgadm/article/view/4028/3812> > Acesso em: 05. jan. 2017.

GUERRA, A. C. Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários. 2014. 157 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

KUYVEN, P. S.; KAPPES, S. A. II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf> > Acesso em: 05. jan. 2017.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: HESPANHA et al. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

LISBOA, T. K. Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: FAZENDO GÊNERO VIII, 2008. Florianópolis. **Anais....**, 2008.

MELO, M. C. O. L. Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Orgs.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. 1. ed. São Paulo: CNL - CENGAGE/NACIONAL, 2012.

MUNDIN, F. L. C. (Des)caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no assentamento rural pastorinhas. *Revista gestão e sociedade*. Belo horizonte, v. 5, n. 11, p. 104-120, maio/agosto, 2011.

NEGRÃO, T.; VISCARRA, S. Tecnologias de informação e comunicação como ambiente de empoderamento de gênero. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação E Democracia, 2007. Florianópolis. **Anais...** 2007.

NEVES, M. A.; COSTA, B. L.; Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007. Recife, Pernambuco. 2007.

OLIVEIRA, A. L. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 5, n.2, 2005.

REIS, T. A. A Sustentabilidade em Empreendimentos De Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões. 2005. 201 p. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2005.

SILVA, A. B. A. 2006. Fenomenologia como método de pesquisa em estudos organizacionais. GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. (Orgs) In: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p.267-297.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.

SIMON, V. P; BOEIRA, S. L. Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4. 2016. Porto Alegre **Anais...**Porto Alegre. 2016.

SIMON, V. S. P. Trajetórias fenonômicas e empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense. 2015. 289 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SOUSA, R. M. B. **O empoderamento da mulher e o acesso à gerência em tecnologia da informação**: um olhar sobre gênero e poder. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.

VALADÃO JUNIOR, V. M.; HERK, A. C. V.; MEDEIROS, C. R. O. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor em Uberlândia/MG. *Revista Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 15, n. 2, p. 321-340, maio./ago. 2014.